

GLOBALIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

Saete Maria Polita Maccaloz

*Professora de Direito do Trabalho da PUC/RJ,
Juíza Federal da 7ª Vara/RJ e Doutoranda da UFRJ.*

OS BRAÇOS DE MIKE TYSON*

Na recente reunião dos sete de ouro para tratar do custo social da nova ordem econômica, os países mais ricos do mundo chegaram a uma conclusão sobre como combater o desemprego. Surpresa! Deve-se continuar enfatizando e receitando aos pobres austeridade fiscal sobre qualquer política de desenvolvimento e pedindo ao trabalhador que coopere, trocando a proteção social que tem pela possibilidade de mais empregos. Algo como continuar batendo no supercílio que já está sangrando. Chama-se isso não de crueldade ou chantagem, mas de flexibilização do mercado de trabalho. Podia se chamar de Maria Helena, não faria diferença - o neoliberalismo triunfante conquistou o direito de pôr os rótulos que quiser nos seus bíceps. Quem chama a volta ao capitalismo do século dezenove de modernidade e consegue vendê-la merece o privilégio.

Luiz Fernando Veríssimo

* Jornal do Brasil, p. 9, coluna OPINIÃO

SUMÁRIO

1. Introdução: O caso que deu origem ao novo contrato de trabalho. 2. Flexibilização; 2.1 - O que é, quando começou a ser difundida na comunidade jurídico-trabalhista; 2.2 - Flexibilização *versus* desregulamentação; 2.3 - O alvo da flexibilização. 3. Flexibilização, uma estratégia da globalização. 4. Conclusão. 5. Bibliografia

1 INTRODUÇÃO

O CASO QUE DEU ORIGEM AO NOVO CONTRATO DE TRABALHO

No mês de fevereiro deste ano de 1996, um dos vários Sindicatos de Metalúrgicos, no ABC paulista, firmou um acordo coletivo com oito empresas do mesmo setor. Essa modalidade de negociação coletiva está prevista na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, art. 611, § 1º.

Diferentemente de todos os milhares de acordos já realizados na história do coletivismo esse autoriza ao patronato, no seu prazo de vigência, o não pagamento das contribuições ao SEBRAE, INCRA E SALÁRIO-EDUCAÇÃO, juntas elas representam 3,5% da folha de pagamento. Os empregadores deixam de recolher os 8% do FGTS às contas vinculadas dos empregados, junto à CEF e passam a depositar 10% do salário bruto, em conta bancária aberta em nome do trabalhador, com movimentação livre a cada três meses. A contribuição previdenciária patronal cai dos atuais 20% para 8% a 11%, dependendo dos salários. Os contratos de trabalho seriam firmados com os sindicatos e não mais com as empresas, pelo prazo de dois anos, sem registro nas carteiras, assegurado o pagamento do 13º salário e férias proporcionais. Essas regras não valeriam para a mão-de-obra já empregada.

A imprensa noticiou a existência desse acordo e, no mesmo dia, Almir Pazzianotto, antigo advogado dos metalúrgicos e atualmente Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, deu uma

entrevista dizendo da nulidade do acordo pela ilicitude dos seus termos. Acrescentou que o Judiciário, através de seus juízes, seria obrigado a declarar a ilegalidade do ajuste por descumprir lei vigente (este mesmo Ministro do TST, no seminário *Estratégias Empresariais para se Defender das Reclamações Trabalhistas*, onde compareceram 60 empresários da região sul, no dia 13 de dezembro, em Porto Alegre, afirmava que a Justiça do Trabalho desaparecerá no Século XXI, mais ou menos pelo ano de 2025, como uma consequência das mudanças iniciadas agora).

Imediatamente, uma representante do Ministério Público do Trabalho, no Estado de São Paulo, ingressou com uma ação civil pública, no Tribunal Regional do Trabalho, objetivando a declaração de inconstitucionalidade desse acordo e a suspensão imediata de seu cumprimento.

Em tempo recorde, o TRT da 2ª Região se manifestou para dar às partes um prazo de 90 dias, dentro do qual deveriam conseguir, junto ao Governo e Congresso, a legalização do acordo *sub judice*.

Esse negócio tem de inédito apenas a *coragem* das partes em colocar por escrito o que antes era só praticado.

Inédita, mais do que isso, *surpreendente* foi a decisão do TRT da 2ª Região. Inexplicável à luz do Ordenamento Jurídico vigente. Qualquer esclarecimento passa pela conjuntura neoliberal, globalizante e flexibilizadora, doutra feita é impossível dizer que foi um Tribunal Judiciário que manteve um acordo ilícito, dando prazo de atuação política às partes.

Ainda no mês de fevereiro, a revista *Exame*, ano 29, n. 5, sob o título *A Realidade deixou a Lei para trás*, reproduzia as palavras do Presidente da República a respeito do assunto:

O acordo é um avanço enorme, sobretudo porque a iniciativa partiu dos trabalhadores. Determinamos ao ministro Paulo Paiva, do Trabalho, que estude, junto com juristas, uma fórmula que torne legal esse tipo de acordo sem exigir mudanças na Constituição. (disse o Pres. Fernando Henrique Cardoso à editora de Exame em Brasília, Nely Caixeta, na véspera do Carnaval).

Sobre Paulinho, Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato acordante, que assinou o ajuste sem consultar a sua própria diretoria, essa mesma revista escrevia:

Paranaense que chegou a São Paulo há vinte anos para trabalhar como ajudante geral da Duratex, Paulinho sabe que o acordo proposto por seu sindicato é ilegal. Mas sabe também que as contestações são inevitáveis e até corretas. Mesmo fora da lei, o que importa é que o acordo é bom e gera empregos, diz ele. As pessoas se esquecem de que a história do sindicalismo é repleta de exemplos de contestações à lei... O Brasil mostrou-se nesse episódio um país extremamente legalista e reacionário...

Na seqüência dos fatos, ainda no mês de março, o Ministro do Trabalho encaminhou ao Congresso um projeto de lei, elaborado no tempo recorde de uma semana, por cinco juristas vinculados a FIESP, e já esteve várias vezes para ser aprovado em votação no Congresso Nacional, retirado de pauta em razão dos interesses governamentais, dada a sua impopularidade.

É o anteprojeto do *novo contrato de trabalho*. Sem maiores elucubrações: a proposta é de um contrato a prazo determinado de dois anos, no qual o empregador ficará isento dos encargos sociais, pagando o FGTS na modalidade já mencionada, sem qualquer responsabilidade jurídica uma vez que a formalidade contratual, ou seja, o vínculo empregatício, seria com o sindicato representativo da própria categoria. Esta última imagem é cópia da estratégia usada com os avulsos dos portos e capatazias, *motivo do altíssimo* custo nos portos brasileiros e razão por que os sindicatos perderam a administração dos pagamentos de seus associados. Num lugar, a sistemática é criticada e a causa da falência do sistema e, em outro, ela é modelo a ser adotado.

Revisando notícias mais antigas, encontramos na Gazeta Mercantil, do dia 13 de novembro de 1995, uma reportagem sobre *O declínio da CLT - A realidade muda relações de trabalho*. Ali estava noticiada a realização de alguns acordos por categoria profissional, ainda entre os metalúrgicos e algumas empresas, quatro ao todo. Além do não pagamento dos encargos estava

pactuado redução salarial. Alguns aspectos da matéria jornalística, importantes no estudo da globalização, *in verbis*:

Em vez de assembleias, foram feitos *plebiscitos*. Em vez dos sindicatos, foram os comitês de fábrica que assinaram os acordos.

Isso não significa que a solução corra grandes riscos de ser barrada na Justiça. O caso é complexo. A adesão dos trabalhadores foi documentada e espontânea, embora não tenha sido unânime em todos os quatro casos. Além disso, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC prometeu que não irá contestar os acordos na Justiça, embora não tenha concordado com eles. Os trabalhadores optaram, e nós achamos melhor não contrariar esta opção, disse Navarro.

Mas há um terceiro motivo a despreocupar os trabalhadores e as quatro empresas envolvidas nos acordos. Aliás, um segundo indício de que a legislação trabalhista elaborada por Getúlio Vargas antes de 1943, e consolidada por ele naquele ano, está vários passos atrás da realidade, e cada vez mais distante dela.

Portaria assinada pelo Ministro do Trabalho, Paulo Paiva, proíbe desde setembro que fiscais do governo multem empresas quando houver incompatibilidade entre cláusulas... coletivas e a legislação em vigor. Em outras palavras, o Estado está colocando os acordos na frente da lei, quando houver discrepância entre eles.

(...)

Há um enorme descompasso entre um amplo e rígido sistema de proteção individual e a ausência de maior liberdade e autonomia sindicais, completou.

É claro que, por mais que driblada e flexibilizada, a legislação ainda é um implico. Eventualmente, os mesmos trabalhadores que hoje aceitaram os acordos podem, amanhã, entrar com reclamações trabalhistas individuais, alegando nulidade por não terem sido assistidos pelo sindicato. Mas não se sabe como a Justiça do trabalho se posiciona num caso de

legalidade duvidosa, mas no qual não há, aparentemente, lesados - os trabalhadores teriam preservado o emprego. (até aqui as aspas foram para a fala do Ministro). p. A-7.

As ilicitudes, agora praticadas abertamente, são tomadas oficialmente pelo governo como medidas de combate ao desemprego, quando a mesma reportagem, em chamada de destaque, informa que, nos últimos cinco anos, o país perdeu 1,6 milhão de postos formais de trabalho. O IBGE noticiou esta semana que, seguindo os números, na proporção atual, no ano 2010 teremos 20 milhões de desempregados no Brasil.

Ainda nessa reportagem com mais de um ano há um trecho que pode frequentar as páginas de humor, com a qual encerramos a narração do caso concreto:

A sugestão mais concreta feita agora partiu da Força Sindical. Por meio dessa sugestão, as empresas poderiam contratar um número limitado de trabalhadores, com idade inferior a 18 anos e superior a 45 anos. Os empregadores estariam dispensados do pagamento de encargos sociais sobre esses rendimentos. Além disto, ao término do contrato, não haveria verbas rescisórias a serem pagas.

...

Os patrões adoram nossas propostas, brinca Paulinho. “Nós as desenvolvemos a partir de uma sugestão do ministro Paiva, que esteve no sindicato há dois meses.

...

Este contrato é um perigo, rebate Heiguiberto Navarro, o Guaíba, da CUT. O pessoal da Força Sindical quer demitir o filho para contratar o avô e o neto em seu lugar, disse ele. É verdade que a situação não está boa, mas não precisamos ceder tanto, diz ele. (ainda na p. A-7)

2 - FLEXIBILIZAÇÃO

2.1 - O QUE É, QUANDO COMEÇOU A SER DIFUNDIDA NA COMUNIDADE JURÍDICO-TRABALHISTA

Neste campo, relativo à legislação do trabalho e legislação previdenciária, a palavra *flexibilização* começou a ser utilizada antes mesmo do Consenso de Washington, por um grupo de advogados patronais, nos Congressos de Direito do Trabalho, realizados anualmente no Centro de Convenções da Avenida Rebouças, em São Paulo.

Falavam da *necessidade* de flexibilizar as leis sociais porque eram *velhas* e *desatualizadas*, impediam a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, oneravam sobremaneira o empresariado nacional, impediam a ampliação dos mercados de trabalho, geravam o desemprego, não estavam adequadas à modernidade, bloqueavam o desenvolvimento, agrediam a liberdade das partes no contrato de trabalho, anulavam o papel dos sindicatos, afastavam a livre negociação, enfim, a legislação social (sob esta expressão compreende-se as leis trabalhistas e previdenciárias na sua maior abrangência) passou a ser a causa de todos os males; sem ela, com a flexibilização, tudo seria possível, viável, um mundo risonho e sem problemas ao alcance da mão.

Nesses quase dez anos de doutrinação ideológica pela flexibilização da legislação social, o discurso fundamentador, mantendo sempre o mesmo objetivo, tem oscilado apenas quanto às desculpas, supra-relacionadas, enfatizando sempre a diminuição do desemprego. Essa ênfase tem submersa a proposta do pleno emprego se o trabalho for gratuito, algo muito próximo ao sistema do século dezenove, daí porque alguns chamam de *neo-liberalismo*, todavia consegue ser mais cruel, está agravado pelo aumento populacional, o avanço tecnológico e as dificuldades econômicas, de transporte e habitacionais, as novas técnicas administrativas e a lavagem cerebral feita pelos meios de comunicação de massa.

A palavra flexibilização também é empregada em outras áreas de atividade e conhecimento, como da economia, das regras de

proteção ao mercado nacional, mas é no campo das leis, principalmente sociais ou de defesa da cidadania, que ela aparece com mais frequência. Contudo, não vimos essa mesma proposta para os sistemas penal ou tributário, ou para o regime das concessões de rádios e televisões.

A flexibilização é apresentada como uma exigência dos parceiros comerciais e dos investidores externos, entretanto, em seus países de origem, não observamos o mesmo movimento quanto à extinção das leis sociais e a imposição dessa exigência para seguirem com o seu tipo de política. É verdade que mudanças estruturais estão acontecendo em todo os países, dos mais ricos aos mais pobres, intensificadas naqueles de economia mais rentável.

2.2 - FLEXIBILIZAÇÃO VERSUS DESREGULAMENTAÇÃO

FLEXIBILIZAÇÃO:

Em determinados momentos, estes termos funcionam como sinônimos, mas possuem um conteúdo distinto.

Flexibilização, inicialmente, era a proposta de seu sentido: faculdade no uso da lei existente, orientada pelo discernimento dos interessados ou em hipóteses previstas na própria lei. Por essa via não havia a determinação de extinguir a legislação, ela permaneceria aí como uma sugestão às partes, ou mesmo de caráter impositivo nas condições previamente estabelecidas.

O exemplo que nos ocorre é o modelo espanhol, porque adotou uma regulamentação mínima para todos os contratos de trabalho não compreendidos nas negociações coletivas. O salário mínimo e as regras de proteção básica continuariam a existir para todos, podendo ser modificadas nas convenções coletivas.

Mesmo sendo uma simples proposta de maleabilidade no uso das leis sociais, todos quantos não esquecem o seu caráter tutelar e protecionista na indisponibilidade de seu conteúdo normativo sabiam, desde o início, que essa proposta seria a eliminação desse

regulamento, seria a extinção pelo desuso de um repositório de leis, agora sem finalidade.

Quem conhece minimamente a realidade brasileira, sua tradição, governo e Judiciário (empresários fazem seminário para se desvencilhar de ações judiciais trabalhistas e o palestrante é um ministro do TST - *sic?*), sabe que flexibilizar significa apenas extinguir ou acabar com a legislação trabalhista, encerrando um ciclo de lutas e conquistas, para condicioná-lo à história, apenas.

Houve uma reação por parte de advogados, juristas e juízes trabalhistas. Iniciamos um combate à flexibilização, mostrando em todas as oportunidades que o direito do trabalho, ciência que contempla a legislação, a doutrina e a jurisprudência trabalhistas, era flexível. A legislação específica foi concebida com essa plasticidade. Não poderia ter sido outra a sua arquitetura, vez que concebida por interesses e determinação capitalistas. Não seria o capital seu próprio algoz, aprisionando-se em normas indisponíveis, irrenunciáveis ou inegociáveis.

O direito do trabalho para cumprir a sua finalidade de disciplina jurídica tutelar, protegendo o trabalhador como o sujeito economicamente fraco da relação contratual de trabalho, estabelece comandos mínimos e inflexíveis, melhor dizendo, irrenunciáveis por parte dos empregados, mas acima desses mínimos tudo é negociável, tudo será estabelecido segundo a *vontade* das partes. Essa *vontade* se resume na do empregador, é o único a estabelecer condições na suprema maioria dos contratos. Demonstrando a hipótese: o único salário fixado em lei é o salário mínimo, posto para qualquer tipo de trabalho não qualificado. Acima desse mínimo, os interessados podem contratar outras importâncias como salário. Se o mercado fornece tabelas ou cotações, essas não vinculam a vontade das partes como a lei, podem se pautar nessas informações se desejarem.

A eficácia da lei está assim posta em um patamar mínimo, menos do que isso é impossível, mas acima disso qualquer coisa é negociável, sem um limite máximo, a não ser para o servidor público. As categorias profissionais podem conseguir, através de

lei, dissídio ou negociação coletiva, salários mínimos de categoria, às vezes, chamados de piso salarial.

A flexibilidade que interessa ao trabalhador já existe, estabelecer o mesmo movimento para baixo, permitindo que se pague menos que o salário mínimo, um dos mais baixos do mundo, ficando o mais baixo de todos quando se aponta o custo de vida no Brasil, está fora de qualquer proposta política e social.

A mesma sistemática existe quando o direito do trabalho estabelece, como proteção do trabalhador, um limite máximo, como, por exemplo, a jornada de trabalho, fixada em oito horas diárias, de um modo geral, ressalvadas as condições especiais, onde jornadas inferiores foram criadas, por exemplo, a do jornalista, em cinco horas diárias, art. 303, da CLT.

No que diz respeito à jornada, a flexibilidade da lei está para baixo, ou seja, qualquer quantidade de horas, inferior a oito pode ser contratada como jornada, com a possibilidade de ajustar o salário e categoria a esse pacto. Mas aqui a pretensão do capital é acabar com o trabalho extraordinário, tirando o limite das oito horas, o serviço será um só, sem a distinção atual que implica o pagamento de um adicional, aumentado para 50% sobre a hora normal, pela última Constituição. A proposta do neoliberalismo é pagar o preço da hora, não importa a quantidade de horas trabalhadas e sem qualquer reflexo no repouso semanal remunerado, nas férias ou outros encargos, como FGTS e previdência social.

Para resumir, o caráter tutelar da legislação trabalhista estabelece regras que contemplam limites máximos e mínimos, sempre apontando para uma direção, na qual se pode negociar livremente. Respeitados esses limites, tudo é flexível, conforme art. 444, da CLT, *in verbis*:

As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

É bem verdade que, no interior de um contrato de trabalho, uma vez fixada a cláusula, *livremente* estipulada, as partes não podem voltar para trás, por exemplo, reduzir o salário. A cláusula assim fixada é contaminada pela natureza jurídica da lei protecionista e pelo princípio máximo dessa legislação que é a **IRRENUNCIABILIDADE**. Se não fosse assim, não seria tutelar. Como proteger um empregado que passa a maior parte de sua vida fechado no local de trabalho à mercê das influências patronais? Se ele pudesse renunciar às cláusulas de seu contrato de trabalho, a engenharia da lei seria de plena flexibilidade, sem qualquer limite de proteção e/ou garantia.

DESREGULAMENTAÇÃO

Com a queda do Muro de Berlim começou verdadeiramente o século XXI, pois, com a sua simbologia, um ciclo foi encerrado, o século das conquistas sociais ficou para trás, e, no campo da política, a celeridade persegue o ritmo da Internet. Se antes a proposta era de flexibilização, como um outro mecanismo ao alcance dos interessados, agora, sem adversários no contexto internacional, sem a ameaça comunista, a proposta, que não é nova, assume a sua verdadeira face: a desregulamentação.

Já quase não ouvimos referência à maleabilidade na aplicação da lei; a *velha* proposta de flexibilizar ficou no passado nada distante, substituída pelos fatos deste ano de 1996, quando um anteprojeto de lei propõe um novo contrato de trabalho sem os aspectos protecionistas do antigo (essa proposta já foi transformada em lei, aprovada no dia 4 de dezembro de 1996, nas últimas horas do dia, no escoré de 213 votos a favor e 191 contra, pela exígua diferença de 22 votos).

Esta proposição, para cancelar ou anular a sistemática anterior, mesmo que para alguns casos, é a desregulamentação. A sua ordem é não aplicar a lei existente naqueles casos. Se não é uma desregulamentação absoluta, total, é o seu início.

Se os encargos sociais e trabalhistas não mais serão devidos nos contratos a prazo determinado de dois anos, para que isso vire uma realidade geral é apenas uma questão de tempo. Em primeiro

lugar, dada a rotatividade de mão-de-obra, pouca é a população obreira com mais de dois anos de casa; em segundo lugar, pela existência do FGTS, as dispensas são desoneradas e, conseqüentemente, podem acontecer a qualquer instante, assim os mais antigos podem ser demitidos e readmitidos pelo novo contrato de trabalho. Em pouco tempo, como na história do FGTS, todos os trabalhadores já estarão pela nova sistemática e a antiga em absoluto desuso.

Esta é uma *eficiente* desregulamentação. Não enfrenta o ônus político da revogação incondicional das leis existentes. A legislação é mantida apenas para sustentação do discurso político falacioso, da existência de duplo regime; o antigo *intocável*, mas que não protege mais ninguém, pela ausência de destinatários, e o novo cuja finalidade menos protecionista tem por objetivo ampliar o mercado de trabalho.

Esta mesma desregulamentação não é uma proposta para todas as áreas do conhecimento jurídico. Ela sequer é pensada para a matéria penal, igualmente não é proposta para a legislação tributária. A mídia, no seu império absolutista, não permite que a população ouse pensar na desregulamentação das atividades delegadas ou concedidas, como canais de televisão, rádio, jornal, transporte público, etc.

2.3 - O ALVO DA FLEXIBILIZAÇÃO

Décio Saes, na revista PRINCÍPIOS, relativa ao primeiro trimestre de 1996, fez uma análise das políticas estatais inspiradas no neoliberalismo, para demonstrar o quão conservador é o governo atual, onde destacamos a imagem do *desmonte*:

Nestas condições históricas concretas, as políticas estatais inspiradas no liberalismo econômico têm necessariamente de: (a) ser vazadas em termos gradualistas (é politicamente inviável uma radical revolução liberal dentro das sociedades capitalistas atuais); (b) configurar-se como ação reformista afirmativa de desmonte da política estatal anterior.

Uma análise que leve em consideração tais ponderações não reservará o qualitativo neoliberal tão-somente às políticas

que se conformarem integralmente com os princípios econômicos defendidos por autores como Friedrich Hayek ou Milton Friedman. Será considerada neoliberal toda ação estatal que contribua para o desmonte das políticas de incentivo à independência econômica nacional, de promoção do bem-estar social (welfare state), de instauração do pleno emprego (keynesianismo) e de mediação dos conflitos sócio-econômicos.

Concretamente, esse desmonte passa pela implementação de três políticas específicas. A primeira delas é a política de privatização das atividades estatais - não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais, como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como o serviço penitenciário, o Banco Central, a receita federal, etc... A segunda delas é a política de desregulamentação, isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular). A última dessas políticas é a política de abertura da economia ao capital internacional: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico". (Saes, 11).

A flexibilização ou desmonte não acontece apenas no âmbito das relações de trabalho, objeto de nossa análise, e vamos nos ater a este propósito, pontuando rapidamente o que já vem acontecendo, através de casos e fatos, assumidos oficialmente:

- a fiscalização do Ministério do Trabalho desde o governo Collor é a mesma para a Previdência Social, e bastante desativada, em consequência o IBGE informa, através do primeiro censo do emprego, que 37,4% das pessoas em trabalho formal não têm a sua CTPS assinada. Isso não significa apenas a inobservância dos direitos trabalhistas, mas também a ausência de contribuição para o INSS, FGTS, seguro acidente de trabalho, etc.;

- 55% das pessoas economicamente ativas estão na economia informal e mais, não contribuições previdenciárias, sem qualquer direito trabalhista;
- existe uma proposta de reforma da previdência social que praticamente acaba com ela para todos quantos contribuíram e vêm contribuindo nos últimos 30 anos, justificada na sua situação deficitária, tentando mobilizar a cidadania pelo compromisso do respeito ao direito adquirido;
- a última Constituição Federal *inovou* quanto ao princípio da irredutibilidade salarial, mantendo-o *salvo negociação coletiva*.
- a partir de então os sindicatos da Força Sindical vêm negociando correções monetárias parciais e até mesmo redução salarial, conforme relato de caso supra, onde se destaca a Portaria Ministerial que proíbe a sua fiscalização de multar as empresas que desrespeitam a lei existente, respeitando os *acordos* coletivos;
- em dezembro de 1994, foi promulgada uma lei, criando um parágrafo para o art. 442, da CLT, no qual ficou estabelecida a inexistência de vínculo empregatício dos cooperativados entre si, destes com os seus líderes ou empresas tomadoras dos serviços;
- em outubro/96, foi editada outra lei retirando da composição remuneratória do trabalhador rural a alimentação, moradia, sementes e insumos. Ela será composta, basicamente, pelos valores monetários previamente ajustados;
- por fim, no dia 4 de dezembro de 1996, escreve-se o epílogo da cidadania social, com a chamada *lei do novo contrato de trabalho*, autorizando as empresas a admitirem empregados pelo prazo determinado de dois anos;
- o Brasil é signatário da Convenção nº 158/82, da OIT. Ela proíbe a dispensa imotivada, tal como o inc. I, do art. 7º da Constituição Federal, ou seja, o conteúdo e a determinação são os mesmos. Observados todos os passos legais (prazos, depósitos, carência) a Convenção foi introduzida no nosso

ordenamento jurídico através de Decreto Presidencial, após a sua aprovação e confirmação pelo Congresso Nacional. É um tratado internacional com força de lei no País porque todos os requisitos formais foram observados, além desses, repisando, o seu conteúdo é idêntico à CF/88. Todavia, foi argüida sua inconstitucionalidade, corrente majoritária, porque a atual Constituição proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa, *nos termos de lei complementar*, assim a garantia de emprego não pode ser assegurada por decreto executivo quando a Lei Maior estabelece lei complementar.

Nesse momento se instaura uma *pseuda questão técnica legislativa e constitucional*. Dissemos *pseuda* porque o dado mais técnico de todos não está sendo cogitado: toda a legislação complementar que ficou de ser produzida para dar auto-aplicabilidade aos direitos constitucionais, ganhou o prazo de um ano após a publicação da CF, findo o qual esses direitos poderiam ser implementados pela via do mandado de injunção (modalidade de ação judicial, absolutamente nova no cenário nacional, da família do mandado de segurança, através da qual o juiz legislaria em cada caso para materializar o direito).

O Congresso não regulamentou a garantia de emprego, conseqüentemente o direito já existe, se desrespeitado basta um mandato de injunção. Coincidentemente que a Convenção nº 158 regulamenta esse direito e, mais acatada que a nossa própria Constituição, já foi examinada pelo Congresso Nacional, aprovada e decretada, esse mesmo Congresso que já deveria ter elaborado a lei complementar, no espaço de um ano e não o fez.

Enfim, porque não se quer a presença do Estado, sequer e principalmente a garantia de emprego, neste caso, a lei regulamentando a garantia de emprego, a tese é a inconstitucionalidade da Convenção porque ingressou na ordem jurídica pela via do decreto executivo, quando a CF prevê lei complementar, não para uma Convenção da OIT, mas para o mesmo assunto. (Qualquer convenção da OIT vira lei no Brasil pelo mesmo caminho que esta percorreu, só que esta não está sendo admitida porque regulamenta um tema, que tecnicamente já deveria estar disciplinado, em não estando já um direito líquido e

certo, mas para o qual foi prevista a normatização através de lei complementar).

Estes são exemplos concretos, os mais visíveis, da desmontagem ou política de desregulamentação, embora tenha este termo como inapropriado, ele não está ajustado aos acontecimentos.

A redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado não está acontecendo enquanto *redução*. Quando se trata do disciplinamento através da fiscalização e seu mecanismo de multas, aí sim existe uma diminuição omissiva intencional, para tanto o ministro da pasta expediu uma portaria proibindo a fiscalização, mas não podemos esquecer que essa medida (portaria) faz parte da atividade reguladora. É norma de quinta categoria, mas é uma norma de âmbito interno e atinge a sua finalidade.

Nas outras hipóteses, o que estamos vendo é uma cadeia sucessiva de leis para desmanchar ou diminuir direitos que existiam e estavam em vigor através de lei. Por isso não estamos diante de uma *desregulamentação*. O que se vê é a desmontagem apenas dos direitos dos trabalhadores, dos segurados da previdência e da cidadania através de novas leis. O processo legiferante é o mesmo de sempre: leis substituindo outras leis. Até dez anos passados essa substituição tinha por finalidade um aprimoramento, o aumento ou a agilização dos direitos. Agora o caminho é o inverso, para isso existe uma expressão latina: *reformatio in pejus*, modificar para prejudicar ou modificar prejudicando, ou ainda modificar para piorar.

De verdade, o que chamam de flexibilização no campo das leis, ressalvado o que está acontecendo na economia e de desregulamentação é simples *reformatio in pejus*: novas leis, modificando as existentes para diminuir ou extinguir direitos.

3 - FLEXIBILIZAÇÃO - UMA ESTRATÉGIA DA GLOBALIZAÇÃO

Mundialização, Globalização, Planetarização, metáforas de uma realidade muito antiga, antecedidas por outras de significado mais ou menos equivalente, consideradas as proporções: aldeia global, moeda global, capitalismo global, desterritorialização, etc.

Muito já se escreveu sobre essa nova feição do capitalismo atual e não é este o objeto do nosso trabalho, vamos apenas sintonizar o seu significado mais objetivo, sem contrariar o que já foi abordado.

Octavio Ianni, na História da Mundialização, terceiro capítulo de seu livro *A Sociedade Global*, levanta aspectos interessantes que podem ser resumidos assim:

Um processo que se havia intensificado desde o término da Segunda Guerra Mundial, acentuando-se com a Guerra Fria, adquire novo ímpeto com a crise do Bloco Soviético, as transformações revolucionárias nos países do Leste Europeu, a queda do Muro de Berlim, o término da Guerra Fria, a singular aliança militar, política e econômica de quase todos os países mais fortes do mundo contra o Iraque, com base em uma decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) e em conformidade com uma proposta do governo dos Estados Unidos.

...

A globalização que se acha em curso nesta altura da história apresenta características muito especiais ... a energia nuclear tornou-se a mais poderosa arma de guerra ... a revolução informática - uma capacidade excepcional de formar e informar, induzir e seduzir, talvez jamais alcançada anteriormente na mesma escala. Terceiro, organiza-se um sistema financeiro internacional, em conformidade com as exigências da economia capitalista mundial e de acordo com as determinações dos países dominantes ... as relações econômicas mundiais ... são amplamente influenciadas pelas

exigências das empresas, corporações ou conglomerados multinacionais, transnacionais, mundiais, globais, planetários ... a reprodução ampliada do capital ... universaliza-se na realidade em nova escala, com novo ímpeto, recriando relações nos quatro cantos do mundo ... o inglês se transforma na língua universal ... o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática ... Todas essas características da globalização, configurando a sociedade universal como uma forma de sociedade civil mundial, promovem o deslocamento das coisas, indivíduos e idéias, o desenraizar de uns e outros, uma espécie de desterritorialização generalizada” (Ianni, 57/59).

Este processo conta com alguns fatores novos e revolucionários, surpreendentes até mesmo para os estudiosos e ignorados pela maioria...

Enfim, transformações profundas e de alcance global, que se efetivam através da parafernália de inovadores agentes microeletrônicos, telecomunicantes e informáticos - satélites, processadores de texto, fax, notebooks, celulares, redes informativas, telecomandos, scanners, rapidíssimas mini-impressoras, CD-ROMS, modems, pagers, correio eletrônico e softwares criativos - que passam a ocupar o lugar dos obsoletos agentes físicos. Afirmando a intercomunicação global da humanidade pelo planeta afora, inaugura-se, nas palavras de Paul Valery, a era do mundo concluído (monde finit). Enquanto mudam, de forma radical, as relações capital-trabalho, se desenhavam os lineamentos fundamentais de uma nova modalidade de produção e de novas configurações socioeconômicas, que exigem reformatação institucional e normativa; além de vislumbrar componentes das novas formas de existência que rasgam e refundem as atuais sociedades. Às vésperas do século XXI entramos não só num milênio, mas tateamos, desconcertados, no limiar da inadequação de métodos, estruturas, organizações e do descompasso sociopolítico de instituições que faziam parte, inquestionável e solidamente, do nosso cotidiano e da nossa apreensão da realidade. Assim como enfrentamos a irrelevância perceptiva

de paradigmas e referenciais que dominaram a cena nos últimos quinhentos anos” (Dreifuss, 43).

É mais uma estratégia do capitalismo veloz e com a desinibição que lhe vem atribuindo Hayek, desde *O Caminho da Servidão*, com a centralização monopolista da propriedade, o agravamento das situações de dependência, o peso crescente do capital financeiro e a desestruturação cada vez mais veloz das relações de trabalho.

É na desmontagem das tradicionais relações de trabalho que entra a flexibilização como parte dessa grande estratégia de globalização, ou melhor, livre circulação de capitais e riquezas sem obstáculos que lhe venham a diminuir a importância. Do ponto de vista capitalista, ela é apresentada como uma reação à rigidez:

- do recrutamento de trabalhadores pelo serviço público de colocação, na Itália;
- das regras de dispensa de empregados, na Itália e Espanha;
- da classificação ocupacional estabelecida pelo Conselho de Salários, no Uruguai;
- da intervenção estatal em todos os campos das relações de trabalho, no Peru;
- na aplicabilidade das normas legais de proteção ao trabalho, no Brasil.

Como em todos os países de economia dependente os empregos estão controlados por regras de proteção legal, é *preciso* flexibilizar a remuneração, a jornada de trabalho, a utilização da força de trabalho e qualquer modalidade de garantia de emprego. Emprego agora é paternalismo; mais atrapalha ao trabalhador do que lhe ajuda a sobreviver. Para as empresas, o emprego é a causa da não participação e criatividade dos trabalhadores que devem ser mais participativos, motivo por que estão sendo dispensados, através da reengenharia, e determinados a trabalhar por conta própria.

O exemplo e modelo a nortear as novas relações de trabalho vem dos Estados Unidos, onde a doutrina do emprego discricionário permite ampla liberdade ao tomador de fixar os termos e condições do contrato de trabalho, sem qualquer intervenção do Estado. Como essa não é a tradição da maior parte dos países, a globalização persegue o desmantelamento das normas protecionistas através do que chama de flexibilização.

Esta nova realidade no mundo do trabalho tem sido glorificada de várias maneiras. Apresentam a possibilidade de horários variáveis como uma condição para o aperfeiçoamento da qualidade; que a individualização de salários pode melhorar a remuneração; que os serviços especializados podem se dar bem nessas situações atípicas; que as mulheres ficarão mais felizes com a jornada parcial de trabalho, podendo conciliar responsabilidades familiares; que os menores não terão prejuízos nos seus estudos, etc.

Do que já foi feito e do que vem sendo realizado, pelo mundo afora, o exemplo da Espanha é o mais falado nos meios jurídicos brasileiros:

A Espanha, país democrático, com seu governo socialista, forças sindicais fortes e parlamento dinâmico, colocou em vigor normas substanciais, a partir de 1º de janeiro de 1994, que poderiam ser resumidas em cinco vertentes:

- a) revalorização da negociação coletiva, como forma de determinar praticamente todas as condições de trabalho;*
- b) clara deslegalização quanto aos salários, preservando-se os direitos mínimos;*
- c) cláusulas que permitem a não aplicação das convenções coletivas quando estas possam ser negativas à situação da empresa;*
- d) total soberania da convenção nova sobre o estipulado nas anteriores;*

e) permissão para as empresas de trabalho temporário, antes proibidas (Carrion, 114).

4 - CONCLUSÃO

Perry Anderson, no texto *Balanço do Neoliberalismo*, diz com uma elogiável síntese:

Tudo o que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado” (Anderson, 22).

Tomou-se por hábito chamar de neoliberalismo as atuais propostas e idéias do capitalismo, exatamente porque ele usa como estratégia a desmontagem do estado social, construído ao longo deste século a partir das experiências e fracassos do liberalismo do século XIX. As características desse liberalismo eram: a ausência de intervenção do Estado na economia e relações de trabalho, bem como a inexistência de leis e regras a disciplinar as relações sociais. A expressão *liberalismo* vem exatamente da visível liberdade que usufruía o capital para explorar os trabalhadores, os fornecedores de matéria-prima se nacionais de países dependentes, os monopólios, etc.

Como atualmente existe a intenção de acabar com todo o repositório jurídico, criado para disciplinar as relações capital/trabalho, buscando um pouco de equilíbrio social e um mínimo de distribuição de renda e, não existe, em contrapartida, nenhuma proposta alternativa ou substitutiva, apenas o vazio ou idêntica liberdade àquela do século passado, daí o *neoliberalismo*.

O capitalismo deste final de século, mundializado, é diferente, muito diferente de duzentos anos atrás. Em nosso modesto

entender, apenas um aspecto é comum: o autoritarismo e a neutralização das oposições. Ele apelida de *flexibilização* uma de suas estratégias para amenizar ou disfarçar o seu cruel objetivo. Esta palavra sugere, aos desavisados, a manutenção do *status quo* apenas amenizado, maleável, compreensível, tolerável, enfim, só aspectos bons. Porque a palavra *flexibilização* é um subterfúgio, a verdadeira estratégia é pacificamente aceita, sem oposições e maiores obstáculos, fatores a colaborar com a sua celeridade.

Também o termo *desregulamentação* não espelha o que vem sendo realizado na caminhada do neoliberalismo globalizante. As leis brasileiras não estão sendo apenas revogadas. Como foi demonstrado, nesta análise, elas estão sendo substituídas por outras, e nesta sistemática os direitos estão deixando de existir ou sendo modificados para pior.

O que está acontecendo tem o nome de *extinção de direitos*, é a expressão mais correta a descrever o que está acontecendo. Isto pode ser demonstrado, no exercício que acabamos de fazer, mas também na descrição do quadro de miséria, agravado e recrudescido por essa ideologia e suas estratégias. O que o atual capitalismo quer e rapidamente está conseguindo é a curta distância entre a mais grave pobreza e os maiores índices de riqueza. Por essa via a acumulação é eficaz, rápida e jamais vista nestas proporções.

Obrigar o capital a respeitar alguns direitos do trabalhador foi a marca da cidadania deste século, perder isso é um retrocesso para a maior parte da humanidade, mas é visto pelas empresas-nações como fator de sucesso e, principalmente, lucratividade. Elas são absolutas, sem oposições e obstáculos, portanto, tudo indica que irão conseguir os seus propósitos. De nossa parte, lamentamos a subserviência e venalidade dos governantes e do empresariado brasileiros. Entregaram as riquezas do país, desprezaram o sacrifício da população, banalizaram a vida, ridicularizaram os valores éticos, esqueceram as características nacionais e, com muita eficiência, estão desmanchando um por um os direitos sociais e da cidadania.

Somos um grande e rico país, apesar da preferência do capital e a orientação específica de Washington sobre nós, poderíamos seguir um caminho diferente, existe capacidade e elementos para isso, falta apenas pressão popular porque a sua vontade política foi amortecida pelos meios de comunicação, especialmente a televisão; falta poder de mobilização dos sindicatos e demais instituições, inclusive os partidos políticos de esquerda. Os sindicatos foram neutralizados pela cooptação de lideranças e sistemática de multas para os grevistas e combativos.

O dado mais visível na proposta de resistência à flexibilização é a ausência de manifestações, de protestos e obstáculos à insidiosa caminhada do neoliberalismo no mundo e no Brasil. É difícil aceitar o papel de observador social e político, de estudioso ou analista. Lamentamos, em nome de uma *teimosa* militância, e confessamos o nosso inconformismo diante do retrocesso jurídico, político, social e democrático, presente na mundialização econômica, na *flexibilização* imposta pela globalização, e revoltamo-nos diante dos privilégios da riqueza, diante da miséria que ela produz ... enquanto existir ECO poderá ressoar o grito...

5 - BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*, in: *Pos-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Emir Sader e Pablo Gentili, org. Rio de Janeiro/RJ, Paz e Terra, 1995.
- BUTLER, Eamonn. *A Contribuição de Hayek às Idéias Políticas e Econômicas de nosso Tempo*, Rio de Janeiro/RJ, Nordica, 1987.
- DREIFUSS, René Armand. *A Época das Perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*, Petrópolis/RJ, Vozes, 1996.
- HAYEK, Friedrich A. *O Caminho da Servidão*, 5ª ed., Rio de Janeiro/RJ, Instituto Liberal, 1990.

IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*, 4ª ed., Rio de Janeiro/RJ, Civilização Brasileira, 1996.

_____, *Teorias da Globalização*, 2ª ed., Rio de Janeiro/RJ, Civilização Brasileira, 1996.

Artigos:

BARROS Jr., Cassio Mesquita. in: *Flexibilização do Direito do Trabalho*, texto da aula-prova de erudição, no concurso de professor da Faculdade de Direito da USP.

CARRION, Valentin. in *Desregulamentação do Direito do Trabalho*, conferência no Congresso Internacional de Direito do Trabalho, Anamatra, Belém, 1995.

GORENDER, Jacob. in *Globalização, Realidades e Sofismas*, revista Brasil Revolucionário nº 21.

SAES, Décio. in *O Governo de FHC e o Campo Político Conservador*, revista Princípios, fev/mar/abr, 1996.

Revista:

Exame: *A Realidade deixou a Lei para trás*, ano 29, nº 5, 28/fevereiro/96.

Jornais:

Folha de São Paulo:

21-4-96 - Protestos contra privatização agora mobilizam América Latina.

2-6-96 - Dimensões da Crise Econômica - Paul Singer.

21-7-96 - Uma nova era de ouro do capitalismo? - Rudiger Dornbusch.

28-7-96 - A crise bancária nacional e internacional - Maria da Conceição Tavares.

20/10/96 - As armadilhas da globalização - Maria da Conceição Tavares.

1-12-96 - Menem quer o fim do seguro-desemprego.

Gazeta Mercantil: 13-11-95, *A realidade muda relações de trabalho*, Marcio Alth.

Jornal do Brasil: setembro de 1996, *Os Braços de Mike Tyson*, Veríssimo.

Jornal do Comércio:

23-8-96 - Reforma da Previdência

10-10-96 - Reforma da CLT.

30-11-96 - Trabalhadores pedem a FHC o fim do TST.

5-12-96 - Polêmica não impede aprovação de contrato de trabalho temporário.